

Justiça 00:05

Há sete mil milhões parados nos tribunais

Até ao final de Junho, os tribunais de Lisboa não conseguiram julgar processos onde estão em jogo verbas equivalentes a 4,3% do PIB.

Susana Represas

Só nos tribunais cíveis de Lisboa existem 7 mil milhões de euros por julgar.

De acordo com os dados relativos ao final do primeiro semestre deste ano, entre indemnizações contra o Estado português, acções colocadas pelo Ministério Público e conflitos entre particulares, o distrito judicial de Lisboa (o maior do país) não tinha decidido o destino a dar a um valor equivalente a 4,3% do Produto Interno Bruto (valores de 2007). A este montante somam-se 13 mil milhões de euros que no ano passado estavam parados nos tribunais fiscais de todo o país.

No balanço do primeiro semestre de 2008, nas varas e juízos cíveis de Lisboa, o Ministério Público diz estar a representar o Estado em 5 mil milhões de euros. Um valor elevado e que, mesmo assim, constitui um mero indicador porque em regra quando as acções são apresentadas, os danos reclamados são mais elevados.

Parte destes casos estão a ser acompanhados por um núcleo de contencioso onde trabalham, apenas, oito magistrados que têm a seu cargo a defesa da administração central, regional e local, bem como de outras entidades públicas (institutos públicos, por exemplo).

Dos vários processos em curso, o relatório da Procuradoria-geral distrital de Lisboa, destaca que estão ainda por resolver conflitos gerados pela descolonização e pelas nacionalizações posteriores ao 25 de Abril. A juntar a estes dois itens estão várias acções por erros judiciais.

Embora no relatório assinado pelo procurador Júlio de Pina Martins se reconheça que houve uma redução do valor das acções paradas é também realçado que ainda existem demasiados milhões de euros em acções contra o Estado.

Além dos casos em que o Estado é réu, as varas cíveis de Lisboa julgam também processos onde o Estado defende o interesse público. É o caso das acções, já em curso, contra entidades bancárias por aplicação de cláusulas de contratos de forma abusiva nomeadamente no arredondamento dos juros. O Banco Santander já foi alvo de uma acção, a Credifin e o Banco Credibom também estão na mira da Procuradoria-Geral da República.

Imprimir artigo